

Ministério acelera exame para incentivos fiscais

Da Sucursal de Brasília

O secretário de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Ernesto Carrara, admitiu à **Folha** que o número de projetos de incentivos fiscais que o órgão tem aprovado está bem acima da média registrada até setembro. O motivo, segundo ele, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que determina um corte de 50% dos incentivos a partir de 1º de janeiro. Na semana que antecedeu às eleições foram aprovados US\$ 3 bilhões (NCz\$ 18,3 bilhões), pelo câmbio oficial).

Carrara disse que os projetos de incentivos aprovados fazem parte de programas de investimentos autorizados no início do governo Sarney. Por isso, garante que estão previstos no orçamento dos incentivos para o próximo ano. Só na área da **Befiex** (Comissão para a Concessão de Incentivos para Programas Especiais

de Exportação), Carrara informou que o número de projetos aumentou de uma faixa entre 25 a 30 por mês para cerca de 50. Na área de metalurgia, o número de siderúrgicas que se candidatam ao crédito de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passou de uma média de seis para 13 por mês.

O secretário não soube precisar quanto a concessão destes incentivos poderia representar em termos de renúncia fiscal (imposto que a União deixa de receber).

Segundo ele, o impacto dos incentivos concedidos agora será diluído em até dez anos. Técnicos do Ministério do Desenvolvimento Industrial acreditam que o volume de incentivos concedidos às vésperas da entrada em vigor do orçamento de 90 poderá superar US\$ 3 bilhões.

O incentivo na área de **metalurgia** representa o retorno de 95% do IPI pago pela siderúrgica, de acordo com o nível de capital próprio investido pela empresa. Carrara informou que o

limite previsto inicialmente para este tipo de incentivo era bem maior do que o que já foi aprovado, mas não soube dizer de quanto seria. Houve, segundo ele, um corte nesses incentivos no início deste ano.

A situação dos incentivos da **Befiex**, segundo Carrara, é um pouco diferente daqueles da área de metalurgia. Os que forem aprovados até 31 de dezembro representarão renúncia fiscal não prevista no orçamento. A partir de 1º de janeiro, estarão subme-

tidos à LDO e serão cortados em 50%. "Só acho que talvez nós não tenhamos tempo hábil para analisar todos os pedidos de incentivos que estamos recebendo", disse.

Em sua última reunião, realizada no início deste mês, a plenária do SDI que decide a concessão de incentivos à metalurgia (reúne representantes de todos os ministérios da área econômica) aprovou 13 pedidos de incentivos, seis dos quais encaminhados por empresas do

grupo Siderbrás e outros sete do setor privado, inclusive a Siderúrgica Barra Mansa, do Grupo Votorantin.

O orçamento dos incentivos fiscais preparados pelo Ministério da Fazenda prevê uma renúncia fiscal de 1,53% do PIB. Para um PIB estimado em NCz\$ 1,2 trilhão, o gasto com incentivos será de NCz\$ 18,8 bilhões. Deste total, NCz\$ 1,23 bilhão representam a renúncia com a **Befiex**, e NCz\$ 230 milhões com o incentivo à siderurgia.